

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

1ª PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª ETAPA e 2ª ETAPA - 02/07/2005 E 03/07/2005

Comissão do Concurso

Titulares

Juiz Laurival Ribeiro da Silva Filho - Presidente
Juiz Luis Carlos Candido Martins Sotero da Silva- Membro
Membro (OAB) — Alexandre Augusto Gualazzi

Suplentes

Juiz Antônio Miguel Pereira
Juíza Olga Aída Joaquim Gomieri
Membro (OAB) — Claudio Felipe Zalaf

Comissão Examinadora

Titulares

Juiz José Severino da Silva Pitas - Presidente
Juíza Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho,
Adilson Luiz Collucci - Membro (OAB)

Suplentes

Juíza Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes
Juíza Susana Graciela Santiso
Hermenegildo Cunha Caldeira - Membro (OAB)

Boa Sorte !

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

1ª PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª ETAPA e 2ª ETAPA - 02/07/2005 E 03/07/2005

INSTRUÇÕES

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a **FOLHA-RESPOSTA**.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém **50(cinquenta) questões**, de múltipla escolha. Verifique também se as questões estão legíveis. **Constando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa) **solicite imediatamente a substituição. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**
3. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. A Comissão Examinadora, os Presidentes de Sala e os fiscais não darão quaisquer esclarecimentos, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. Não se admite rasura na **FOLHA-RESPOSTA** ou uso de corretivos. **NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA-RESPOSTA.**
5. A **FOLHA-RESPOSTA** deve se assinalada com **caneta esferográfica preta**.
6. É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, livros, códigos e legislação em geral. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.
7. Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
8. **Por motivo de segurança não se permite durante a prova o uso de aparelhos celulares, notebooks, relógios digitais, calculadoras e palmtop ou similares. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**
9. A prova tem duração de **quatro horas** e esgotado o tempo **fica o Presidente de Sala autorizado a retirar, de pronto, a FOLHA-RESPOSTA.**
10. **Aguarde a ordem para abrir o CADERNO DE QUESTÕES.**

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1) Assinale a alternativa **INCORRETA** :

- a) A Seguridade Social engloba um conceito amplo destinado a todos que dela necessitem, desde que haja previsão na lei sobre determinada contingência a ser coberta;
- b) a Seguridade Social é o gênero do qual são espécies a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde;
- c) a Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente;
- d) a Assistência Social atende hipossuficientes, destinando benefícios a pessoas que nunca contribuíram para o sistema;
- e) A Seguridade Social é financiada exclusivamente mediante recursos provenientes da União, dos Estados e das contribuições sociais das empresas e dos trabalhadores.

2) José, aposentado por tempo de serviço, que continuou a trabalhar no mesmo emprego, sem registro em CTPS, foi demitido em razão de dificuldades financeiras do empregador, após três anos de atividade. Tem ele direito ao benefício do seguro-desemprego?

- a) sim, pois o seguro-desemprego é um direito social previsto no artigo 7.º, inciso II, da Constituição Federal;
- b) sim, pois foi dispensado sem justa causa;
- c) não, pois trabalhava sem registro formal do contrato, assumindo o risco dessa irregularidade;
- d) sim, pois o responsável pela falta de registro é o empregador e o empregado não pode ser prejudicado pela ilegalidade patronal;
- e) não, pois já é aposentado pela Previdência Social.

3) Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

- a) aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial;
- b) pensão por morte e aposentadoria especial;
- c) auxílio-doença e aposentadoria especial;
- d) auxílio-reclusão e pensão por morte;
- e) salário-família e aposentadoria especial.

4) Sobre salário-maternidade analise os seguintes itens abaixo :

I- o salário-maternidade tem natureza jurídica peculiar, pois além de benefício previdenciário, traduz-se também em uma prestação de assistência social;

II- a segurada da Previdência Social que adotar uma criança, em qualquer idade, terá direito a receber salário-maternidade;

III- a concessão do salário-maternidade não depende de período de carência;

IV- a empregada doméstica tem 90 (noventa dias) após o parto para requerer o salário-maternidade;

V- o salário-maternidade pode ser acumulado com benefício por incapacidade.

RESPONDA :

- a) todos os itens estão corretos;
- b) os itens II, III e V estão corretos;
- c) os itens III, IV e V estão corretos;
- d) todos os itens estão incorretos;
- e) os itens I, II IV estão corretos.

5) Sobre salário de contribuição nos termos da Lei 8.212/91, é **INCORRETO** afirmar que :

- a) o 13º salário (gratificação natalina) integra o salário de contribuição na forma estabelecida em regulamento;
- b) não haverá incidência da contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado;
- c) não haverá incidência de contribuição previdenciária sobre a importância recebida a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT;
- d) integram o salário de contribuição as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929/73;
- e) as alternativas "a" e "c" estão incorretas.

6) Assinale a alternativa **CORRETA** :

- a) prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil;
- b) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após dez (10) anos contados sempre da data do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;
- c) é de cinco (5) anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício;
- d) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue após cinco (5) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

7) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) na forma do artigo 118 da Lei 8.213/91, o trabalhador acidentado tem direito ao prazo único de doze (12) meses de estabilidade;
- b) na forma da Súmula do TST, no caso de doença profissional, com nexo no contrato de trabalho, pode ser dispensável o afastamento superior a 15 dias;
- c) segundo a jurisprudência do TST é inconstitucional o artigo 118 da Lei 8.212/91;
- d) é correta apenas a alternativa 'a';

e) todas as alternativas anteriores estão corretas.

DIREITO PENAL

8) Quanto ao delito de constrangimento ilegal, analise as assertivas abaixo:

I- trata-se de delito simples que requer ação penal pública condicionada;

II- admite-se tentativa;

III- o tipo subjetivo desse crime é o dolo;

IV- o constrangimento ilegal é delito subsidiário em relação a todos os crimes em que o constrangimento é meio ou elemento;

V- o mal prenunciado deve ser grave e injusto.

RESPONDA :

- a) todos os itens estão corretos;
- b) os itens I, II e IV estão corretos;
- c) os itens I, III e IV estão corretos;
- d) os itens I, III e V estão corretos;
- e) os itens II, III e IV estão corretos.

9) Assinale a alternativa **INCORRETA** :

a) o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional é previsto como crime no Código Penal;

b) a pessoa que aliciar trabalhadores para efeito de sair do País, mesmo sem o emprego de fraude ou qualquer ardil, comete crime de aliciamento para o fim de emigração;

c) o delito de frustração de obrigação imposta por lei relativa à nacionalização do trabalho previsto no Código Penal é de definição típica incompleta, pois exige que o aplicador se socorra de leis específicas que definem quais são as obrigações legais referentes à nacionalização do trabalho;

d) existem crimes contra a organização do trabalho que não estão capitulados no Código Penal;

e) todos os crimes contra a organização do trabalho previstos no Código Penal são de ação pública incondicionada.

10) Assinale a alternativa **CORRETA** :

a) nos crimes materiais, a consumação ocorre com a simples atividade, independentemente da produção do resultado descrito no tipo;

b) os crimes preterdolosos admitem a tentativa;

c) o Código Penal adotou a doutrina subjetiva para efeito de aplicação da pena na hipótese de tentativa;

d) o agente que, involuntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime, só responde pelos atos já praticados;

e) há condutas consideradas justas pela consciência social que não se encontram acobertadas pelas causas de exclusão da antijuridicidade.

11) Com relação aos crimes contra a organização do trabalho, analise os seguintes itens abaixo:

I- O atentado contra a liberdade do trabalho só é punível a título de dolo, exigindo-se, ainda, finalidade especial e admite-se a tentativa;

II- o atentado contra a liberdade do contrato de trabalho consuma-se no momento da celebração deste, enquanto que na boicotagem violenta a consumação ocorre quando a pessoa constrangida fornece ou adquire de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola, sendo admissível a tentativa nas duas figuras típicas;

III- o crime de atentado contra a liberdade de associação tem por objeto jurídico a liberdade de associação profissional e sindical, tendo como elemento subjetivo o dolo e a culpa;

IV- para que se considere coletivo o abandono de trabalho é indispensável o concurso de, pelo menos, três (3) empregados;

V- a interrupção da prestação do serviço de transporte à coletividade prestado por empresa permissionária de serviço público constitui delito previsto no Código Penal.

RESPONDA :

- a) todos os itens estão corretos;
- b) os itens I, II e V estão corretos;
- c) os itens I, II e IV estão corretos;
- d) os itens IV e V estão corretos;
- e) os itens I, III e V estão corretos.

12) No tocante, à falsidade documental é **CORRETO** afirmar que :

a) aquele que anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado data de admissão em emprego diversa da verdadeira incide nas penas do crime de falsidade ideológica;

b) aquele que anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado data de admissão em emprego diversa da verdadeira incide nas penas do crime de falsificação de documento particular;

c) aquele que anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado data de admissão em emprego diversa da verdadeira incide nas penas do crime de falsificação de documento público;

d) aquele que anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado data de admissão em emprego diversa da verdadeira incide nas penas do crime de falsificação de papéis públicos;

e) aquele que anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado data de admissão em emprego diversa da verdadeira incide nas penas do crime de adulteração de documento particular.

13) Assinale a alternativa **CORRETA** :

a) não é tipificado como delito a atribuição, a si próprio, de crime inexistente ou praticado por outrem;

b) a denúncia caluniosa se distingue da calúnia, pois além de atribuir à vítima, falsamente, a prática de um delito, leva o fato ao conhecimento da autoridade,

acarretando a instauração de inquérito policial ou ação penal contra ela;

c) na denúncia caluniosa o sujeito noticia à autoridade o cometimento imaginoso de um delito, deixando de apontar a autoria, enquanto que na comunicação falsa de crime, o sujeito noticia à autoridade a prática de um crime que sabe não ter ocorrido, imputando a alguém a autoria;

d) o exercício arbitrário das próprias razões é crime de forma livre, admite qualquer meio de execução e a ação penal é sempre pública incondicionada;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

14) Analise as assertivas abaixo :

I- o Direito Penal brasileiro acolhe a divisão bipartida das infrações penais, ou seja, em crimes e contravenções;

II- as contravenções são condutas de menor gravidade quando comparadas com os crimes e ensejam punição menos severa;

III- o Código Penal brasileiro, ao tratar da relação de causalidade no artigo 13 adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais;

IV- nos delitos omissivos impróprios somente responde pelo resultado quem tinha o dever jurídico de agir, impedindo-o pela ação esperada;

V- a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, imputando os fatos anteriores a quem os praticou.

RESPONDA :

a) os itens I, II e III estão corretos;

b) os itens I, II, IV e V estão corretos;

c) todos os itens estão corretos;

d) apenas o item IV está incorreto;

e) os itens I, II, III e V estão corretos.

15) Em matéria de reincidência, é **INCORRETO** afirmar que :

a) o Código Penal, no artigo 63, adotou a reincidência ficta;

b) a reincidência impede a suspensão condicional da pena;

c) para efeito de reincidência consideram-se todos os crimes, inclusive os políticos;

d) O curso da prescrição interrompe-se pela reincidência;

e) para efeito de reincidência não se consideram os crimes militares próprios.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

16) Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) pela Constituição Federal, as disposições das Convenções da OIT não podem ter status de Emenda Constitucional;

b) pelo artigo 8º, inciso II, da CF, por influência da Convenção n. 87 da OIT, adotou-se, no Brasil, a pluralidade da representação sindical;

c) o artigo 1º da Convenção n. 132 da OIT, válida no Brasil, na forma do Decreto de promulgação n. 3.192, de 5/10/99, revogou as disposições sobre férias, cuja redação havia sido dada pelo DL n. 1.533, de 13/04/77;

d) o aplicador da Constituição Federal, além dos direitos e garantias, nela previstos, poderá se valer dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;

e) pelo princípio "pacta sunt servanda", devem-se observar todas as Convenções da OIT, pois, o Brasil é filiado à esta organização.

17) Assinalar a alternativa **CORRETA**:

a) por força da Constituição Federal, o Brasil não se submete a qualquer Tribunal Penal Internacional;

b) ficam excluídos do regime da Lei 7.064, de 06/10/82 (disciplina a prestação de serviços, no exterior), os trabalhadores contratados para prestação de serviços, no Exterior, com prazo não superior a sessenta (60) dias;

c) o Estatuto do Adolescente, em seu artigo 60, dispõe que é proibido o trabalho a pessoas com menos de 14 anos; disposição revogada pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro;

d) segundo a Convenção de Viena (1961) o agente diplomático pode ser ouvido como testemunha, desde que ele próprio designe o dia;

e) em decorrência de crime, o agente diplomático pode ser preso pela autoridade brasileira.

18) Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) o conflito entre o liberalismo em prol do capitalismo e a necessidade do solidarismo, próprio do Estado do bem-estar social, aliado ao medo do novo e da perda da autonomia das conquistas de cada país, foi provavelmente a tendência de rejeição da Constituição da União Européia pelos franceses e pelos Holandeses;

b) OMC é um organismo internacional, criado em 1995, para regular os interesses das cooperativas médicas, no mundo;

c) Selo Social é a marca que as Cooperativas Médicas colocam em seu produto para as identificar como filiadas ao OMC;

d) NAFTA é o Acordo Norte Americano de Livre Comércio entre Canadá e México, assinado em 1990;

e) nenhuma das respostas anteriores.

19) Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) o brasileiro naturalizado, na forma da Constituição, pode ser Ministro do STF;

b) considerar-se-á **NATURALIZADO** o nascido, no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venha a morar no Brasil, antes da maioridade e, alcançando-a, opte em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira;

c) considerar-se-á brasileiro **NATO** os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e

optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;

- d) o brasileiro naturalizado poderá ser Presidente da Câmara dos Deputados;
- e) as alternativas "b" e "d" estão corretas.

20) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) classificam-se como "tratados fechados" os que só aceitam a adesão dos sujeitos internacionais, filiados à respectiva organização;
- b) segundo TRIEPEL, há **CONVENÇÃO** (tratado-normativo) quando duas ou mais partes, cujo interesse diferem, concordam sobre bases concretas comuns; **TRATADO-CONTRATO**, quando múltiplas partes, em número indeterminado de partes, unem suas vontades para a realização de interesses e fins que se assemelham;
- c) o respeito à tradição do Estado, em virtude da qual a vinculação a um tratado depende de sua importância política, constitui um dos princípios fundamentais do Direito Internacional;
- d) Os tratados não são obrigatórios senão depois da filiação do Estado ao organismo, segundo o artigo 5º da Convenção de Havana, 1.928;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

21) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é inconstitucional a integração, no Ordenamento Jurídico, de qualquer Convenção da OIT, pois, o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, vigente, prevê: Constitui privilégio da União legislar sobre o direito do trabalho;
- b) pelo Princípio da Soberania, o Brasil pode invocar as disposições de seu direito interno como justificativa de não cumprimento de Convenções;
- c) as disposições das Convenções Internacionais passam a integrar o Ordenamento Jurídico do País filiado, a partir da vigência da Convenção na órbita internacional;
- d) Direito de Legação é o conjunto de preceitos respeitados pelos Estados Soberanos quanto a acreditarem e manterem representação diplomática, nos Estados, com os quais conservam relações e a receberem, reciprocamente, os enviados desses Estados;
- e) pode obter nacionalidade brasileira o estrangeiro residente, no País, há mais de cinco (5) anos e sem condenação penal.

22) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a Sociedade das Nações, sujeito de ordem internacional, ancestral da ONU, surgiu após a I Guerra Mundial, em 1945;
- b) o Brasil consta como signatário fundador da Sociedade das Nações, 1919;
- c) o Decreto n. 2.067/96, que promulgou o Protocolo de Cooperação, no âmbito do MERCOSUL, refere-se a questões econômicas;

- d) o artigo 23º do Tratado, que criou o MERCOSUL, foi denominado Tratado de Buenos Aires;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

Direito Comercial

23) Assinale a alternativa **INCORRETA** :

- a) é obrigatória a inscrição do empresário mercantil na Junta Comercial para início formal de sua atividade;
- b) a sociedade anônima rege-se por lei especial, aplicando-se-lhe, nos casos omissos, as disposições do Código Civil;
- c) as sociedades anônimas nacionais, que dependam de autorização do Poder Executivo para funcionar, não se constituirão sem obtê-la, quando seus fundadores pretenderem recorrer à subscrição pública para a formação do capital;
- d) o capital social da sociedade anônima somente poderá ser formado com contribuições em dinheiro, vedando-se em qualquer hipótese a inserção de bens imóveis;
- e) extingue-se a sociedade anônima pelo encerramento da liquidação, pela incorporação ou fusão e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

24) Sobre sociedade anônima é **INCORRETO** afirmar que :

- a) consideram-se ações em circulação no mercado todas as ações do capital da companhia aberta menos as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria;
- b) todas as ações na sociedade anônima terão valor nominal fixo;
- c) a contribuição do subscritor que ultrapassar o valor nominal das ações constituirá reserva de capital;
- d) as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição;
- e) o estatuto poderá assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais da sociedade anônima o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos da administração.

25) No que tange à Lei n. 11.101, de 09/02/2005, é **INCORRETO** afirmar que :

- a) A nova Lei de Falências extingue o instituto da concordata, substituindo-o pela recuperação judicial;
- b) a nova Lei de Falências não se aplica aos processos de falência ou de concordata ajuizados anteriormente ao início de sua vigência, devendo ser concluídos nos termos do Decreto-lei n. 7.661/45;
- c) a nova Lei de Falências tem aplicação imediata aos processos de falência e de concordata em andamento, ainda que ajuizados antes de sua vigência;
- d) na forma do artigo 2º, não se aplica a lei em

epígrafe à sociedade de economia mista;
 e) a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções diante do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário;

26) Considerando-se o antigo estatuto normativo (Decreto-lei n. 7.661/45) e o novo (Lei n. 11.101/05) **analise os enunciados abaixo :**

I- a nova Lei de Falências substituiu o síndico pelo administrador judicial;

II- dispunha o Decreto-lei n. 7.661/45 que os contratos bilaterais não se resolviam pela falência e podiam ser executados pelo síndico se achasse conveniente para a massa, enquanto que a Lei n. 11.101/05 exige agora para a continuidade dos contratos bilaterais que o cumprimento reduza ou evite o aumento do passivo da massa falida ou se for necessário à manutenção e preservação dos ativos da massa, mediante autorização do Comitê de Credores;

III- no anterior regramento normativo o crédito trabalhista detinha a preferência sobre o tributário, abrangendo a totalidade dos salários devidos ao empregado, bem como a totalidade das indenizações a que tinha direito, enquanto a nova Lei n. 11.101/05 fixou um limite de 150 salários mínimos para efeito de privilégio total na massa, derogando o parágrafo 1º do artigo 449 da CLT;

IV- a nova Lei de Falências manteve a natureza privilegiada do crédito trabalhista sobre a totalidade dos títulos salariais e indenizações, encabeçando a ordem de prioridade perante o juízo falimentar;

V- o privilégio do crédito trabalhista anteriormente admitido, agora cede lugar, passando a ser quirografário quando exceder a 200 salários mínimos, classificando-se em oitavo lugar na lista de créditos na falência.

Responda :

- a) os itens I, II e III estão corretos;
- b) os itens I, III e IV estão corretos;
- c) os itens I, II e V estão corretos;
- d) os itens I, II, IV e V estão corretos;
- e) os itens I e IV e V estão corretos.

27) Ainda sobre a nova Lei de Falências, é **INCORRETO** afirmar que :

- a) os créditos trabalhistas estão sujeitos ao processo de recuperação judicial existentes na data do pedido, ainda que não vencidos;
- b) qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 15 dias a contar da publicação da relação de credores;
- c) o pagamento dos créditos trabalhistas e de acidente de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, não poderá exceder o período de um ano, sendo que os créditos de salários vencidos nos três meses

anteriores ao pedido de recuperação judicial, no montante de até cinco salários-mínimos por empregado, deverão ser liquidados no prazo de trinta dias;

d) entre os meios de recuperação judicial encontram-se a alteração do controle societário, venda parcial de bens, redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;

e) o devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembléia-geral dos credores.

28) Para efeito do Código de Defesa do Consumidor, **analise as seguintes assertivas abaixo**, levando-se em conta que a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em Juízo :

I- o termo defesa tem o sentido de designar os instrumentos insertos na legislação e colocados à disposição do indivíduo, perante o Judiciário, para proteção de sua pessoa e seus bens de eventuais lesões, cuja defesa poderá ser praticada individualmente ou de forma coletiva;

II- interesses ou direitos individuais homogêneos devem ser entendidos como aqueles decorrentes de origem comum;

III- interesses ou direitos difusos, de natureza indivisível, são aqueles cujos titulares são pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

IV- os interesses do consumidor são alvo de dupla tutela : a administrativa e a judicial;

V- o Ministério Público detém legitimidade concorrente para efeito de propositura de ação coletiva visando a defesa dos interesses e direitos dos consumidores.

RESPONDA :

- a) somente os itens II, III e IV estão corretos;
- b) somente os itens I, II e V estão corretos;
- c) todos os itens estão corretos;
- d) somente os itens I, III e V estão corretos;
- e) somente os itens I, II e III estão corretos;

29) No Código de Defesa do Consumidor, em se tratando de ônus da prova, é **INCORRETO** afirmar que :

- a) compete ao fornecedor responsável pela comunicação publicitária o ônus da prova de que ela é correta e verídica;
- b) a inversão do encargo probatório é admissível, a critério do juiz, se verossímil a alegação do consumidor ou este for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;
- c) a inversão do ônus da prova é um dos meios utilizados pelo Código de Defesa do Consumidor para garantir a igualdade entre os dois pólos da relação de consumo;
- d) se o consumidor nega a veracidade do anúncio de determinado produto veiculado no meio publicitário pelo fornecedor, caberá àquele fazer a devida comprovação

do fato;

e) não conceitua o Código de Defesa do Consumidor o hipossuficiente.

30) Assinale a alternativa **CORRETA** :

- a) os tripulantes de aeronave, segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica, são pessoas devidamente habilitadas que exercem função remunerada a bordo, portadores de licenças específicas emitidas pelo Ministério da Aeronáutica a brasileiros e estrangeiros;
- b) segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica, o comandante é responsável pela operação e segurança da aeronave, não se responsabilizando, em nenhuma hipótese, pela guarda de valores, mercadorias e bagagens;
- c) segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica, o comandante exerce autoridade sobre as pessoas e coisas que se encontrem a bordo a partir do momento em que se apresenta para vôo até a entrega da aeronave, salvo na ocorrência de pouso forçado sem conclusão do destino, oportunidade em que cessará sua responsabilidade;
- d) aeronauta é o profissional habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho, enquanto que aeroviário é o trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de Empresa de Transportes Aéreos;
- e) entende-se como transferência provisória o deslocamento do aeronauta de sua base, por período mínimo de 60 dias e não superior a 120 dias, para prestação de serviços temporários, sem mudança de domicílio, à qual retorna tão logo cesse a incumbência que lhe foi cometida.

Direito Administrativo

31) Considerando-se que os atos administrativos trazem em si certos atributos que os distinguem dos atos jurídicos privados e lhes emprestam características específicas e condições peculiares de atuação, é **INCORRETO** afirmar que :

- a) a presunção de legitimidade autoriza imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que argüidos os vícios ou defeitos que os levem à invalidade;
- b) a presunção de veracidade, inerente à legitimidade, refere-se aos fatos alegados e afirmados pela Administração para a prática do ato, os quais são tidos e havidos como verdadeiros até prova em contrário;
- c) os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, desde que norma legal assim o estabeleça;
- d) a presunção de veracidade dos atos administrativos decorre do princípio da legalidade da Administração, razão pela qual os atestados, certidões, informações e declarações da Administração gozam de fé

pública;

e) argüida a nulidade do ato, por vício formal ou de motivo, a prova do defeito ficará sempre a cargo do impugnante e até sua anulação o ato terá plena eficácia.

32) Estabelece o "caput" do artigo 1º da Lei n. 8.492/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, o seguinte : " Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei". Assim, é **incorreto** afirmar que :

- a) as disposições desta lei são aplicáveis também, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- b) no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, mas o terceiro beneficiário não estará obrigado ao ressarcimento integral do dano;
- c) o sucessor do agente público que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente estará sujeito às cominações da Lei 8.429/92 até o limite do valor da herança;
- d) constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, quando o agente adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública bens de qualquer natureza, cujo valor seja desproporcional à evolução do seu patrimônio ou da sua renda;
- e) a desproporcionalidade na evolução patrimonial presume o enriquecimento ilícito, cabendo ao agente público demonstrar o contrário, apontando a origem dos recursos necessários à aquisição.

33) Partindo-se de que o poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo de explicitar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência, não disciplinada ainda por lei, é **INCORRETO** afirmar :

- a) o poder regulamentar é um poder privativo do Chefe do Executivo e, portanto, indelegável a qualquer subordinado;
- b) regulamento não é lei, não obstante guarde semelhança no conteúdo e normatividade;
- c) é da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar atos normativos do Executivo

que exorbitem o poder regulamentar;

d) se o regulamento for imprescindível para a execução da lei, o beneficiário poderá utilizar-se do mandado de segurança para obter a norma regulamentadora;

e) o regulamento não pode contrariar a lei, nem restringir ou ampliar suas disposições, competindo-lhe apenas explicitá-la em consonância com os limites por ela traçados ou completá-la por meio da fixação de critérios técnicos e procedimentos necessários para sua aplicação.

34) Assinale a alternativa **CORRETA** :

a) o afastamento do cargo, emprego ou função com prejuízo da correspondente remuneração não comporta nenhuma exceção;

b) o tempo de serviço do servidor afastado para exercer mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;

c) investido o servidor no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

d) investido o servidor no mandato de Vereador, mesmo não havendo compatibilidade horária, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

35) Sobre controle jurisdicional de legalidade dos atos administrativos, é **INCORRETO** afirmar que :

a) o controle judicial é exercido privativamente pelos órgãos do Poder Judiciário sobre os atos administrativos do Executivo, do Legislativo e do próprio Judiciário quando realiza atividade administrativa;

b) o controle realizado restringe-se à verificação da conformidade do ato com a norma legal que o rege;

c) o controle tem por objetivo analisar apenas a legalidade do ato, não se admitindo pronunciamento sobre o mérito administrativo;

d) o particular lesado em seus direitos por ato ilegal da Administração poderá utilizar-se das vias judiciais comuns para obter a anulação do ato, assim como a reparação dos eventuais danos causados pela conduta ilegal do Poder Público;

e) os atos discricionários jamais se sujeitam ao controle judicial por envolverem juízo de conveniência e oportunidade para a sua prática.

36) Considerando as normas constitucionais e a Lei n. 8.112, de 11/02/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, **analise as seguintes assertivas abaixo** :

I. o servidor que sofreu limitação em sua

capacidade física ou mental verificada em inspeção médica, poderá ser readaptado em outro cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido ou aposentado caso seja julgado incapaz para o serviço público;

II. se não houver cargo vago para ser efetivada a readaptação, o servidor será também aposentado;

III. o servidor aposentado por invalidez poderá ser reintegrado ao cargo ocupado anteriormente quando por Junta Médica Oficial forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria;

IV. o servidor estável que não se habilitar em estágio probatório relativo a outro cargo, deverá ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado;

V. se o servidor colocado em disponibilidade tiver condições de retornar à atividade, o aproveitamento em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado ficará a critério do administrador público, que mesmo existindo a vaga poderá optar em mantê-lo em disponibilidade.

RESPONDA :

a) os itens I, III e V estão incorretos ;

b) os itens II, III e IV estão incorretos ;

c) somente o item I está correto;

d) os itens I e IV estão corretos;

e) todos os itens estão incorretos.

37) Quando o administrador adquire um bem de particular, sem se utilizar das prerrogativas do poder inerente, ele pratica:

a) um ato administrativo de império;

b) um ato administrativo vinculado;

c) um a ato administrativo de conveniência e oportunidade;

d) um ato administrativo subjetivo;

e) um ato administrativo de gestão.

38) Sobre serviço público, é **incorreto** afirmar que :

a) o serviço público tem por escopo atribuir comodidades e utilidades materiais aos administrados, enquanto que a polícia administrativa visa conter o comportamento dos administrados em face da proteção do interesse da sociedade;

b) obra pública nada mais é do que o serviço público realizado para atender a coletividade diretamente ou por meio de entidades contratadas para tal fim;

c) o termo "serviços", algumas vezes, é utilizado no sentido natural para nomear atividades desenvolvidas sob regime de direito privado, por se constituírem em exploração de atividade econômica, necessitando, porém, na forma da lei, de autorização dos órgãos públicos, não advindo daí a transmutação em atividade pública;

d) pela concessão o poder concedente não transfere nenhuma propriedade ao concessionário, nem se despoja de qualquer direito ou prerrogativa pública, assim como

findo o prazo devem ser revertidos os direitos e bens vinculados à prestação do serviço, nas condições estabelecidas no contrato;

e) o Poder Público pode autorizar a execução de um serviço por particular para atender interesse coletivo transitório e emergencial, tratando-se de modalidade de delegação discricionária, a qual poderá ser dispensada a licitação.

39) É **CORRETO** afirmar que:

a) quando a Administração executa um serviço para preparar outros serviços que serão prestados ao público, como imprensa oficial, está realizando um serviço industrial, que por sua natureza não produz renda para quem o presta;

b) os serviços impróprios do Estado normalmente são prestados mediante remuneração, por meio de entidades descentralizadas, não se sujeitando à regulamentação ou controle do Poder Público competente;

c) os serviços de defesa nacional e de polícia são serviços públicos, pois prestados pela Administração diretamente à comunidade, sem delegação a terceiros, em face da sua essencialidade e necessidade de sobrevivência da sociedade e do próprio Estado; enquanto que os de utilidade pública são aqueles que por conveniência da Administração podem ser prestados por terceiros, tais como os serviços de energia elétrica e radiodifusão sonora;

d) os direitos do usuário ainda não são reconhecidos em qualquer serviço público ou de utilidade pública em face da inexigibilidade de sua prestação nas estritas condições regulamentares;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

40) Quanto aos meios de controle judicial dos atos administrativos praticados por qualquer dos Poderes Públicos e que dispõe o titular do direito lesado ou ameaçado de lesão para a obtenção da anulação do ato ilegal em ação contra a Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que :

a) o mandado de segurança afigura-se como um meio de controle judicial, pois se cuida de ação civil de rito sumário especial, que visa coibir atos ilegais de autoridade, que lesam direito líquido e certo;

b) não é necessário para o controle judicial provocação da parte interessada ou por quem tenha interesse e legitimidade para a obtenção de pronunciamento judicial, por meio da via processual adequada;

c) a ação popular e a ação civil pública são instrumentos de controle judicial, não obstante o autor não defenda direito próprio, mas de uma coletividade ou interesses difusos;

d) outras ações especiais ou ordinárias poderão ser manejadas pelo particular contra a Administração, tais como possessórias e

núnciação de obra nova;

e) a ação popular é um instrumento constitucional colocado à disposição de todo cidadão para obtenção da anulação de atos ou contratos administrativos ou a eles equiparados, lesivos ao patrimônio público;

Direito Constitucional

41) Assinale a alternativa **CORRETA** :

a) Poder Constituinte é o conjunto de poderes que expressam a soberania do Estado por meio do exercício das funções executivas, legislativas e judiciárias;

b) as Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1946 e 1988 são exemplos de constituições outorgadas;

c) a Constituição não poderá ser emendada, em nenhuma hipótese, na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;

d) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

e) a proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.

42) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado:

a) por qualquer partido político;

b) por qualquer cidadão;

c) por qualquer organização sindical legalmente constituída;

d) por partido político com representação no Congresso Nacional;

e) por partido político com representação no Congresso Nacional há pelo menos um ano.

43) Sobre o controle da constitucionalidade, **analise os seguintes enunciados**:

I) visando a defesa da supremacia constitucional contra as inconstitucionalidades, há três sistemas de controle : o político, o jurisdicional e o misto;

II) o controle jurisdicional comporta três critérios : o difuso, o concentrado e o direto;

III) o controle jurisdicional subordina-se ao princípio geral de que não há juízo sem autor;

IV) a Constituição de 1934 manteve o critério de controle difuso instituído pela Constituição de 1981, trazendo três significativas inovações: ação direta de inconstitucionalidade; maioria absoluta de votos dos membros dos tribunais para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público e competência do Senado Federal para suspender a execução de lei ou ato declarado inconstitucional em decisão definitiva;

V) A Constituição de 1988 trouxe também novidades quanto ao controle da constitucionalidade, estabelecendo a

inconstitucionalidade por omissão e a ampliação da legitimação para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade por ação ou omissão;

RESPONDA :

- a) os itens I, II, III e V estão corretos;
- b) os itens I, II e V estão corretos;
- c) os itens II, III e IV estão corretos;
- d) todos os itens estão corretos;
- e) os itens I, III, IV, V estão corretos.

44) Sobre Medidas Provisórias, prescreve o artigo 62 da Constituição Federal que "Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional".

Assim, é **CORRETO** afirmar que :

- a) se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, aguardando a ordem da pauta;
- b) se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando;
- c) se ultrapassado o prazo legal para a emissão de parecer pela comissão mista de Deputados e Senadores sobre as medidas provisórias que serão apreciadas pelo plenário, deverão estas ser submetidas à votação por cada uma das Casas do Congresso Nacional;
- d) é possível a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo;
- e) em caso de urgência, poderá o Presidente da República adotar medida provisória sobre matéria atinente a diretrizes orçamentárias para créditos adicionais e suplementares.

45) Considerando-se as alterações trazidas pela Emenda Constitucional n. 45/2004, **analise os enunciados abaixo :**

- I- as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros;
- II- a aferição do merecimento dos magistrados levará em conta apenas critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição;
- III- na apuração de antiguidade, o Tribunal somente poderá recusar o magistrado mais antigo pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

IV- o magistrado que retiver autos em seu poder além do prazo legal, não poderá ser promovido;

V- o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

RESPONDA :

- a) todos os itens estão corretos;
- b) todos os itens estão incorretos;
- c) apenas os itens I, III, V estão corretos;
- d) apenas o item V está correto;
- e) apenas os itens I, II e IV estão corretos.

46) Assinale a alternativa **CORRETA :**

- a) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, devendo os Tribunais elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias;
- b) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de três anos, admitida uma recondução;
- c) as Ouvidorias de Justiça serão criadas pelo Supremo Tribunal Federal para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra atos praticados pelo Conselho Nacional de Justiça;
- d) é vedado aos Tribunais Regionais do Trabalho funcionarem descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais;
- e) aos juízes é vedado exercer a advocacia no Juízo ou Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

47) Considerando que a Constituição Federal declara que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na iniciativa privada, **analise as seguintes assertivas :**

- I- a ordem econômica tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da Justiça Social, observados apenas os princípios da soberania nacional, da propriedade privada e da função social da propriedade;
- II- a Constituição de 1988 enfatiza a realização de Justiça Social, trazendo mecanismos na ordem social voltados à sua efetivação;
- III- é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei;
- IV- um dos princípios da ordem econômica é o da livre concorrência e para garanti-lo a Constituição determina a repressão do abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros;
- V- a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando

necessária aos imperativos da Segurança Nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei, ressalvados os casos previstos na Constituição.

RESPONDA :

- a) todas os itens estão corretos;
- b) apenas os itens II, III e IV estão corretos;
- c) apenas os itens II, III e V estão corretos;
- d) os itens I, II e IV estão corretos;
- e) apenas o item I está incorreto.

48) O direito de pedir a exclusão de informações contidas em arquivos de entidades governamentais se faz por meio de:

- a) *habeas corpus*;
- b) *habeas data*;
- c) mandado de injunção;
- d) ação civil pública;
- e) mandado de segurança.

49) Assinale a alternativa **CORRETA** :

- a) o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de 2/3 do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;
- b) nos Tribunais com número superior a vinte julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de nove e o máximo de vinte membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno;
- c) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;
- d) poderão os Tribunais Regionais propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes;
- e) as custas e emolumentos serão destinados ao custeio de atividades ligadas à ordem social.

50) Sobre Finanças Públicas e Orçamento, é **INCORRETO** afirmar :

- a) a Constituição Federal declara que a lei complementar disporá sobre finanças públicas, sendo certo que a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central;
- b) em matéria de orçamento, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão plano plurianual; diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais;
- c) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;
- d) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano

plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional;

e) lei ordinária estabelecerá normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO**

1ª PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª ETAPA e 2ª ETAPA - 02/07/2005 E 03/07/2005

Comissão do Concurso

Titulares

Juiz Laurival Ribeiro da Silva Filho - Presidente
Juiz Luis Carlos Candido Martins Sotero da Silva- Membro
Membro (OAB) — Alexandre Augusto Gualazzi

Suplentes

Juiz Antônio Miguel Pereira
Juíza Olga Aída Joaquim Gomieri
Membro (OAB) — Claudio Felipe Zalaf

Comissão Examinadora

Titulares

Juiz José Severino da Silva Pitas - Presidente
Juíza Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho
Adilson Luiz Collucci - Membro (OAB)

Suplentes

Juíza Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes
Juíza Susana Graciela Santiso
Hermenegildo Cunha Caldeira - Membro (OAB)

Boa Sorte !

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

1ª PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª ETAPA e 2ª ETAPA - 02/07/2005 E 03/07/2005

INSTRUÇÕES

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a **FOLHA-RESPOSTA**.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém **50(cinquenta) questões**, de múltipla escolha. Verifique também se as questões estão legíveis. **Constando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa) **solicite imediatamente a substituição. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**
3. **Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada.** A Comissão Examinadora, os Presidentes de Sala e os fiscais não darão quaisquer esclarecimentos, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. Não se admite rasura na **FOLHA-RESPOSTA** ou uso de corretivos. **NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA-RESPOSTA.**
5. A **FOLHA-RESPOSTA** deve se assinalada com **caneta esferográfica preta.**
6. **É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, livros, códigos e legislação em geral. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**
7. Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
8. **Por motivo de segurança não se permite durante a prova o uso de aparelhos celulares, notebooks, relógios digitais, calculadoras e palmtop ou similares. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**
9. A prova tem duração de **quatro horas** e esgotado o tempo **fica o Presidente de Sala autorizado a retirar, de pronto, a FOLHA-RESPOSTA.**
10. **Aguarde a ordem para abrir o CADERNO DE QUESTÕES.**

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

51) Constituem direitos obrigatórios do empregado doméstico:

- a) anotação do contrato de trabalho na CTPS, férias acrescidas de 1/3, 13º salário, aviso prévio, repouso semanal remunerado, licença gestante (cento e vinte dias), salário mínimo e aposentadoria;
- b) anotação do contrato de trabalho na CTPS, férias acrescidas de 1/3, 13º salário, aviso prévio, salário mínimo, licença paternidade e FGTS;
- c) férias acrescidas de 1/3, 13º salário, salário mínimo, repouso semanal remunerado, horas extras e aposentadoria;
- d) aviso prévio, salário mínimo, estabilidade gestante (art.10, II, b, do ADCT), 13º salário, férias acrescidas de 1/3 e FGTS;
- e) todos os direitos assegurados na Consolidação das Leis do Trabalho.

52) Nas atividades rurais, a hora noturna:

- a) deve ser paga com acréscimo de 25%, não sofrendo redução temporal, sendo das 20h de um dia às 4 h do dia seguinte, tanto na lavoura como na pecuária;
- b) não sofre redução temporal, sendo das 21 h de um dia às 5 h do dia seguinte, tanto na lavoura como na pecuária;
- c) sofre redução temporal para 52 minutos e 30 segundos, sendo das 22 h de um dia a 5 h do dia seguinte;
- d) deve ser paga com acréscimo de 25%, não sofrendo redução temporal, sendo das 21 h de um dia às 5 h do dia seguinte na lavoura e das 20 h de um dia às 4 h na pecuária;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

53) Em se tratando de trabalhadora (sexo feminino), é **CORRETO** afirmar que :

- a) na forma do artigo 61 da CLT, salvo disposição legal, a mulher, em casos excepcionais, poderá prestar no máximo 4 horas extras;
- b) ao empregador é vedado, na forma do artigo 390 da CLT, salvo exceção do parágrafo único, determinar que a mulher execute serviço que exija o emprego de força muscular superior a vinte e cinco (25) quilos para trabalho contínuo;
- c) segundo o artigo 392 da CLT, é garantido à empregada gestante, sem prejuízo do salário, a dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de no mínimo doze (12) consultas médicas e demais exames complementares;
- d) a empregada doméstica tem direito à estabilidade gestante prevista no artigo 10, inciso II, alínea b, do ADCT;
- e) todas as alternativas anteriores.

54) Tratando-se de contrato de aprendizagem, é **INCORRETO** dizer :

- a) a Constituição Federal proíbe qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;
- b) são requisitos à validade do contrato de aprendizagem a forma escrita, anotação na CTPS feita pelo empregador, matrícula e frequência do aprendiz à escola e inscrição em programa de aprendizagem;
- c) com as determinações da Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000, o contrato de aprendizagem é considerado como contrato por prazo determinado, diante da expressa previsão do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho nesse sentido;
- d) o menor aprendiz receberá como remuneração 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo durante a primeira metade do aprendizado e 2/3 (dois terços) desse salário na segunda metade;
- e) a duração do contrato de aprendizagem não poderá ultrapassar 2 (dois) anos.

55) Em se tratando de contrato de estágio, é **INCORRETO** afirmar que :

- a) a jornada de trabalho do estagiário deverá ser compatível com o seu horário escolar e com a parte que venha a ocorrer o estágio;
- b) o estágio, independentemente de seu aspecto profissionalizante, poderá assumir a forma e atividade de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social;
- c) o estágio poderá ser tanto curricular, como o realizado na comunidade;
- d) realiza-se sempre o estágio mediante compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da instituição de ensino;
- e) em nenhuma hipótese poderá ser cobrada ao estudante qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção e realização do estágio curricular.

56) Sabendo-se que a onerosidade é um dos elementos fático-jurídicos da relação empregatícia, analise as assertivas abaixo :

- I- as diárias para viagem que ultrapassarem 50% do salário mensal podem ser consideradas parcelas salariais dissimuladas;
- II- as gratificações consistem em parcelas contraprestativas pagas pelo empregador e dependem estritamente da conduta pessoal do trabalhador ou grupo de trabalhadores;
- III- configura-se como salário-utilidade a assistência odontológica propiciada pelo empregador;
- IV- o salário traduz a circunstância de qualificar-se como obrigação absoluta do empregador, independentemente da sorte do seu empreendimento;

V- a periodicidade é marca essencial do salário em face de tratar-se de obrigação de trato sucessivo, sendo que a parcela salarial básica deve atender o limite temporal imposto pela lei trabalhista.

RESPONDA :

- a) os itens I, II e V estão corretos;
- b) os itens I, III e IV estão corretos;
- c) os itens I, III e V estão corretos;
- d) os itens II, III e V estão corretos;
- e) os itens I, IV e V estão corretos.

57) Analise as seguintes assertivas, abaixo, levando em conta as súmulas e orientações de jurisprudência editadas pelo TST :

I- a aposentadoria espontânea não extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário;

II- a realização de perícia para verificação de insalubridade é sempre obrigatória, não podendo o julgador, em qualquer hipótese, utilizar-se de outros meios de prova;

III- a incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que gera direito às horas "in itinere";

IV- não se admite o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, uma vez que vinculado à Polícia Militar;

V- é de responsabilidade da Caixa Econômica Federal o pagamento da diferença da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, decorrente da atualização monetária em face dos expurgos inflacionários.

RESPONDA :

- a) os itens II, III e V estão corretos;
- b) os itens III e V estão corretos;
- c) apenas o item III está correto;
- d) apenas o item V está correto;
- e) apenas o item IV está correto.

58) Assinale a alternativa **CORRETA** :

a) segundo a Lei do Trabalho Rural, na hipótese de despedida do trabalhador, facultase-lhe a redução diária de duas horas ou um dia por semana, sem prejuízo do salário integral para procurar outro trabalho;

b) segundo Súmula do TST, quando o trabalhador pede demissão e conta com menos de um ano de serviço não faz jus às férias proporcionais;

c) segundo a CLT, se a ruptura contratual ocorrer por motivo de força maior, que determine a extinção da empresa ou estabelecimento, em que trabalhe o empregado, a este é assegurado o recebimento de uma indenização referente a 1/3 do que seria devida em caso de rescisão sem justa causa;

d) havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o

empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem;

e) no caso de morte do empregador constituído em empresa individual, rescinde-se automaticamente o contrato de trabalho.

59) Em matéria de equiparação salarial é **INCORRETO** afirmar que :

a) o exercício de função de confiança não inviabiliza o pedido de equiparação salarial;

b) o trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial;

c) o TST já firmou posicionamento no sentido de que o conceito de "mesma localidade" de que trata o artigo 461 da CLT refere-se exclusivamente a município da prestação de serviços;

d) a irregular preterição do trabalhador no fluxo das promoções alternadas, quando o empregador tem quadro organizado de carreira nos moldes legais, enseja o pleito de reenquadramento ou reclassificação e não de equiparação salarial;

e) produtividade e produção não se confundem para efeito do disposto no parágrafo 1º do artigo 461 da CLT.

60) Em se tratando de trabalho temporário, é **CORRETO** afirmar que:

a) o contrato celebrado entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora do serviço deverá ser obrigatoriamente escrito e dele constar expressamente a modalidade de remuneração e o motivo justificador da demanda;

b) as empresas de prestação de serviço temporário não poderão, em qualquer hipótese, contratar estrangeiros;

c) é assegurado ao trabalhador temporário repouso semanal remunerado e jornada, incondicionalmente, improrrogável de 8 horas por dia;

d) é válida a inserção de cláusula impeditiva de contratação do trabalhador pela empresa tomadora de serviço no final do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário;

e) para efeitos da Lei n. 6.019/74 considera-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores por ela remunerados.

61) Assinale a alternativa **CORRETA** :

a) o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é obrigatório nos casos de afastamento do empregado para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho;

b) para os efeitos da Lei n. 8.036/90, os empregadores devem comunicar

semestralmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS;

c) na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, por culpa recíproca, ficará o empregador obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão;

d) a conta vinculada do trabalhador no FGTS não poderá ser movimentada na rescisão indireta do contrato de trabalho;

e) à Caixa Econômica Federal, na qualidade de gestora da aplicação dos recursos do FGTS, compete praticar todos atos necessários à gestão da aplicação do fundo de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

62) Em matéria de atividade perigosa, é **CORRETO** afirmar que :

a) segundo Súmula do TST, os empregados que operam bomba de gasolina não têm direito ao adicional de periculosidade, equiparando-se ao consumidor quanto ao eventual risco;

b) consoante Súmula do TST, durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas;

c) à luz da Súmula do TST, durante as horas de sobreaviso, é cabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas;

d) a caracterização da periculosidade deve ser feita exclusivamente por meio de perícia a cargo de Engenheiro do Trabalho;

e) exclusivamente a alternativa "d" está correta.

63) Com relação ao bancário e segundo entendimento sumulado pelo TST, é **CORRETO** afirmar que :

a) em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas;

b) em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de dois anos, a partir da data em que foram suprimidas;

c) há repercussão do pagamento de horas extras habituais nos dias de sábado;

d) configura hipótese de pré-contratação de horas extras quando a contratação de serviço suplementar ocorre posteriormente à admissão do trabalhador;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

64) Segundo a jurisprudência da SDI -I do TST:

a) é válida a norma coletiva que restringe o intervalo intrajornada;

b) é inválida cláusula normativa para redução de intervalo intrajornada;

c) as entidades sindicais têm liberdade absoluta para dispor sobre o direito do trabalho;

d) a EC n. 45 amplia o Poder Normativo da Justiça do Trabalho;

e) apenas a alternativa "d" está correta.

65) Na forma do art. 577 da CLT e jurisprudência dominante:

a) o empregado integrante de categoria diferenciada não tem direito de haver vantagens previstas em instrumento coletivo, no qual a Empresa não foi representada;

b) o empregado de categoria diferenciada tem direito às vantagens previstas no r. instrumento coletivo, ante o princípio previsto no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, incodicionalmente;

c) o empregado de categoria diferenciada tem direito às vantagens previstas no instrumento coletivo, ante o princípio da presunção da representação, em face da atividade predominante;

d) não existe, no direito brasileiro, categoria diferenciada;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

66) Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) na forma da OJ 322 da SDI-I do TST, é válido o termo aditivo que prorroga o instrumento coletivo de trabalho por prazo superior a dois anos;

b) na forma do § 3º do artigo 614 da CLT, a convenção coletiva não poderá ultrapassar período superior a dois(2) anos;

c) a convenção coletiva poderá ser prorrogada apenas uma vez, por seis meses ;

d) a convenção coletiva não pode ser prorrogada em hipótese alguma;

e) na forma da OJ 274 da SDI-I do TST, o ferroviário submetido a escalas variantes, com alternância de turnos, não faz jus ao turno ininterrupto previsto no artigo 7º., inciso XIV, da Constituição Federal.

67) Assinale a alternativa correspondente à OJ ou Súmula do TST :

a) preenchidos todos os pressupostos para aquisição de estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda durante a vigência do instrumento coletivo, goza o empregado de estabilidade, mesmo após o término de vigência deste;

b) na forma do artigo 830 da CLT, o instrumento normativo, em cópia não autenticada, não é válido;

c) o descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos obriga o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigação prevista nas cláusulas respectivas;

- d) não é aplicável multa prevista em instrumento normativo em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei;
e) nenhuma das alternativas anteriores.

68) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) ante o princípio da ampla defesa constitucionalmente garantido (CF/88, 5º, LV), o dissídio coletivo pode ser ajuizado, sem anuência da parte contrária;
b) recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado a elas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente;
c) apenas o dissídio coletivo jurídico é possível ser ajuizado, perante a Justiça do Trabalho;
d) a Constituição proíbe em seu artigo 114 a possibilidade de negociação entre os sindicatos;
e) nenhuma das alternativas anteriores.

69) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) em nenhuma hipótese pode o Ministério Público do Trabalho propor dissídio coletivo;
b) o Ministério Público do Trabalho pode atuar, nos dissídios coletivos, exclusivamente, como assistente dos trabalhadores;
c) a Constituição Federal concedeu ao Ministério Público do Trabalho poder para ajuizar dissídio coletivo, excepcionalmente;
d) não é possível compreender que o Ministério Público do Trabalho tenha legitimidade para ajuizar dissídios coletivos, porque ele não é parte interessada no litígio;
e) nenhuma das alternativas anteriores.

70) O poder normativo da Justiça do Trabalho se constitui :

- a) no poder de criar normas destinadas a disciplinar a criação e o funcionamento das Varas e Tribunais do Trabalho;
b) na competência material para criar normas gerais e abstratas destinadas a solucionar dissídios coletivos de trabalho submetidos ao julgamento da Justiça do Trabalho;
c) no poder de legislar sobre direito do trabalho nos casos de lacuna da lei;
d) na competência de proferir e executar sentenças em reclamações trabalhistas, expropriando bens do devedor, levando-os à praça e entregando o resultado ao credor;
e) no poder exclusivo do Tribunal Superior do Trabalho em editar enunciados e orientações jurisprudenciais com vistas à uniformização da jurisprudência.

71) Analise os seguintes itens abaixo :

- I- os métodos de solução de conflitos interindividuais e sociais classificam-se em

autotutela, autocomposição e heterocomposição;

II- tanto na arbitragem como na mediação há a intervenção de um terceiro que solucionará o conflito entre as partes;

III- a Constituição prevê a eleição de árbitros para a negociação coletiva;

IV- a jurisdição constitui um método heterocompositivo de solução de conflitos interindividuais e sociais;

V- o compromisso arbitral tem início sempre de forma extrajudicial.

RESPONDA :

- a) todos os itens estão corretos;
b) os itens I e IV estão corretos;
c) os itens II, III e IV estão corretos;
d) os itens I, III e IV estão corretos;
e) os itens I, II e V estão corretos.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

72) Na hipótese de depositário infiel de penhora efetuada pela Justiça do Trabalho:

- a) o "habeas corpus" deve ser impetrado perante a Justiça Federal, por força do artigo 109, inciso VII, da Constituição Federal e entendimento da jurisprudência;
b) por expressa previsão constitucional, o "habeas corpus" deve ser impetrado perante a Justiça do Trabalho;
c) o "habeas corpus" deve ser impetrado perante a Justiça Comum, pois, é ela competente para causas de natureza penal ;
d) o interessado deverá impetrar "habeas corpus" perante o Superior Tribunal de Justiça;
e) nenhuma das alternativas anteriores.

73) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) na forma da recente jurisprudência do TST, a Justiça do Trabalho não é competente para executar contribuições previdenciárias decorrentes de reconhecimento de vínculo de emprego, em acordo homologado em juízo, porque a Constituição Federal, em seu inciso VIII, do artigo 114, faz apenas referência a execução "decorrentes das sentenças que proferir";
b) pelo princípio da divisão dos poderes, a Justiça do Trabalho não é competente para execução das contribuições previdenciárias;
c) a Justiça do Trabalho só é competente para determinar a execução das contribuições previdenciárias devidas pelo trabalhador;
d) na forma da recente jurisprudência do TST, a Justiça do Trabalho é competente para executar as contribuições decorrentes de reconhecimento de vínculo de emprego, ainda que decorrente de sentença homologatória;
e) nenhuma das alternativas anteriores.

74) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) na forma do processo civil, por analogia, só haverá nulidade dos atos processuais trabalhistas, quando resultar algum prejuízo à parte argüente;

- b) a argüição de nulidade, por se tratar de ato fundamental, pode ser feita a qualquer momento;
- c) o magistrado que se considerar suspeito para julgar um feito, deverá aguardar a impugnação pela parte interessada;
- d) ainda que argüida por quem lhe deu causa, o magistrado deve reputar nulo eventual ato, ante o princípio de ordem pública;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

75) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) da decisão sobre exceção de incompetência, no Processo do Trabalho, cabe recurso imediato, ante o princípio da ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da C/88;
- b) não cabe recurso da decisão sobre incompetência terminativa do feito, ante o mero efeito devolutivo das decisões trabalhistas;
- c) em qualquer hipótese, "Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por vinte e quatro(24) horas improrrogáveis(... CLT, 800)";
- d) se o excepente houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, poderá, ainda assim, alegar exceção de suspeição, ante o princípio previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

76) Quando pode ser argüida a compensação de valores no processo do trabalho?

- a) a compensação, restrita tão-somente a dívidas de natureza trabalhista, somente pode ser argüida com a contestação, sob pena de preclusão;
- b) a compensação de dívidas de qualquer natureza pode ser argüida, inclusive, em grau de recursos ordinário e de revista;
- c) a compensação de dívidas exclusivamente de natureza trabalhista somente pode ser argüida na fase de execução de sentença, onde são liquidados os respectivos valores;
- d) não é admitida a compensação de dívidas do empregado para com o empregador no processo do trabalho, em razão do princípio da irredutibilidade e da proteção salarial estatuídos no art. 7.º, incisos VI e X, da Constituição Federal;
- e) somente os vales podem ser compensados, desde que argüida a compensação com a contestação.

77) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) no caso de não conhecimento de recurso, em razão de manifesto equívoco no exame de seus pressupostos extrínsecos, caberão embargos de declaração;
- b) consoante Súmula do TST e na forma do artigo 2º, § 4º, da Lei n. 5.584/70, não cabe ação rescisória, cujo valor da causa seja inferior a dois salários-mínimos ;
- c) consoante súmula do TST, havendo condenação solidária, o depósito recursal de

uma delas será aproveitado, indistintamente, pela outra recorrente;

d) à luz da Súmula do TST, se o recorrente não apresentou procuração, poderá, em grau de recurso, se aproveitar do disposto no artigo 13 e 37 do CPC;

e) para efeito de nomeação de bens, o devedor deverá observar o artigo 11 da Lei dos Executivos Fiscais, ante sua aplicação preferencial ao CPC.

78) A Justiça do Trabalho, sem as características de Poder Judiciário, foi instituída:

- a) pela primeira constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1981, art. 72;
- b) pela Constituição de 16 de julho de 1934, artigo 121, § 1º;
- c) pela Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937, art. 139;
- d) pela Constituição de 18 de setembro de 1946, art. 106;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

79) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) pela Consolidação da Leis do Trabalho, a jurisprudência, pode consistir em fonte subsidiária do Direito do Trabalho, em caso de lacuna de lei;
- b) a jurisprudência não pode servir como fonte subsidiária do Direito do Trabalho, por afronta ao princípio do livre convencimento do Julgador ;
- c) Na hipótese de lacuna, na lei processual, os sindicatos podem supri-la, por instrumento coletivo;
- d) na hipótese de lacuna no Direito do Trabalho, dever-se-á dar preferência à analogia, na forma do artigo 8º da CLT;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

80) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o relator não pode, de plano, negar seguimento ao recurso, manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à Súmula do TST, porque nos Tribunais, o recurso deve ser julgado pelo colegiado;
- b) pelo princípio constitucional da liberdade do magistrado, não é aplicável o artigo 103-A, incluído, na CF/88, pela EC/45;
- c) ante o princípio constitucional da ampla defesa, a despeito do artigo 102, § 3º, incluído pela EC/45, o STF deve julgar, indistintamente, todos os processos que lhe forem submetidos;
- d) na forma da Súmula do TST, salvo a hipótese de omissão na sentença, o Tribunal deve apreciar o fundamento da defesa por ela não examinada, ainda que não renovado em contra-razões;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

81) Assinale a alternativa **CORRETA** :

- a) no caso de revelia da empresa principal, esta não gerará seus efeitos se a responsável subsidiária apresentar a devida contestação;

- b) pela literalidade do artigo 843, § 1º, da CLT, o preposto deverá ser, necessariamente, empregado;
- c) na forma da Lei, deve haver extinção do feito sem julgamento do mérito, se o juiz se pronunciar sobre a decadência;
- d) na forma da Lei, a responsabilidade pelos honorários periciais é sempre da parte sucumbente no objeto da perícia;
- e) na sentença trabalhista é sempre indispensável o relatório.

DIREITO CIVIL

82) Assinale a alternativa **INCORRETA** no que se refere à cláusula penal :

- a) as partes podem fixar, de antemão, quantia que deverá ser paga a título de ressarcimento, caso ocorra o descumprimento da obrigação;
- b) a cláusula penal é, por natureza, obrigação acessória;
- c) para o credor exigir o pagamento da quantia estipulada na cláusula penal, é necessário que prove seu prejuízo;
- d) inexistindo cláusula expressa, as partes não terão direito à indenização complementar, ainda que os prejuízos causados pelo inadimplemento sejam maiores;
- e) a cláusula penal pode vir para assegurar apenas uma das cláusulas do contrato.

83) Com relação à prescrição, analise os itens abaixo :

- I- somente depois de consumada a prescrição e desde que não haja prejuízo de terceiro, poderá o interessado a ela renunciar expressa ou tacitamente;
- II- prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação civil;
- III- o prazo geral e supletivo da prescrição foi uniformizado para 15 (quinze) anos;
- IV- a interrupção da prescrição por um credor aproveita aos demais;
- V- o juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.

RESPONDA :

- a) os itens I e V estão corretos;
- b) os itens II, III e V estão corretos;
- c) os itens II, III, IV e V estão corretos;
- d) os itens III e V estão corretos;
- e) todos os itens estão corretos.

84) Relativamente ao contrato de prestação de serviços, é **CORRETO** afirmar que:

- a) a prestação de serviços não pode ser convencionalizada por mais de cinco anos, ainda que o contrato se destine à execução de certa e determinada obra;
- b) a cessão de direitos e a nomeação de substituto só poderá ocorrer se houver autorização dos contratantes;
- c) o contrato de prestação de serviços é um contrato atípico, bilateral e *intuitu personae* ;

d) se o serviço for prestado por quem não está habilitado à executá-lo por exigência legal, mas agiu de boa-fé, poderá o juiz deferir uma compensação razoável correspondente a parte do serviço executado, independentemente de haver benefício resultante do trabalho;

e) aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviços a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante um ano.

85) Mécio, ao cruzar uma rodovia sem observar o sinal de parada obrigatória (passagem de nível), provocou um acidente com destruição de ambos os veículos, vindo a falecer no local. Lívio, a parte inocente, pretende ser ressarcidos dos prejuízos materiais e pessoais que experimentou, porém, o inventário de Mécio já fora feito e partilhados seus bens entre seus herdeiros. Pode Lívio ajuizar demanda por reparação de ato ilícito em face dos herdeiros de Mécio?

- a) não, pois o responsável faleceu e a pena não pode passar da pessoa do infrator e somente ele responde por suas conseqüências;
- b) não, pois o conceito de culpabilidade é personalíssimo e somente o causador do dano deve por ele ser responsabilizado;
- c) não, porque não há nexos de causalidade entre os herdeiros e sucessores de Mécio e o acidente por este protagonizado;
- d) sim, porque Lívio, parte inocente, não pode ser obrigado a arcar com os prejuízos;
- e) sim, porque a obrigação de reparar o dano transmite-se com a herança.

86) Com a vigência do novo Código Civil Brasileiro, a disciplina legal dos negócios jurídicos foi alterada. Analise os itens abaixo :

- I- o estado de perigo aparece como uma matéria nova dentro do Código Civil, que tem por escopo proteger a pessoa que efetiva um negócio excessivamente oneroso em razão de risco pessoal ou a pessoa de sua família;
- II- a fraude contra credores também surge como inovação inserida no campo dos defeitos do negócio ou ato jurídico e tem por escopo reforçar a proteção ao credor;
- III- a lesão também se afigura como novidade e ocorre quando uma pessoa, em estado de necessidade, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;
- IV- o estado de perigo corresponde à lesão, sendo tratados pelo Código como expressões equivalentes;
- V- todos os itens anteriores estão incorretos.

RESPONDA :

- a) os itens I, II e III estão corretos;
- b) os itens I e III estão corretos;
- c) o item V está correto;
- d) os itens II e IV estão corretos;
- e) os itens I e II estão corretos.

87) Assinale a alternativa **INCORRETA** :

- a) pelo novo Código Civil, a retirada do sócio não o exime da responsabilidade pelas obrigações anteriores, por cinco (5) anos, após averbada a resolução;
- b) em caso de abuso da personalidade jurídica, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, que os efeitos de certas e de determinadas relações de obrigações seja estendidos aos bens particulares dos sócios da personalidade jurídica;
- c) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados;
- d) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração;
- e) pelo novo Código Civil, a retirada do sócio não o exime da responsabilidade pelas obrigações anteriores, por dois (2) anos, após averbada a resolução.

88) Em matéria de sociedade é **CORRETO** afirmar que :

- a) a incorporação é a operação pela qual uma sociedade se funde a uma outra, surgindo uma nova sociedade que a elas sucederá nos direitos e obrigações;
- b) os direitos dos credores não serão prejudicados pela transformação da sociedade;
- c) o credor que se sentir lesado pela incorporação, fusão ou cisão societária terá o prazo de 60 dias após a publicação dos atos para promover judicialmente a anulação deles;
- d) a transformação depende, em qualquer hipótese, do consentimento de todos os sócios;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

89) No que se refere à transação é **INCORRETO** afirmar que :

- a) somente se permite a transação quanto a direitos patrimoniais de caráter privado;
- b) a transação não transmite direitos, apenas os reconhece ou os declara;
- c) a transação não se anula por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes;
- d) a transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, salvo se disser respeito a coisa indivisível;
- e) a transação interpreta-se restritamente.

90) Sobre mandato é **INCORRETO** afirmar que:

- a) como o mandato é um contrato consensual, não há forma especial para sua validade ou prova, podendo efetivar-se sob forma expressa ou tácita, salvo se para o ato se exigir, por lei, forma especial;
- b) poder de transigir não importa o de firmar compromisso;

c) as somas adiantadas pelo mandatário, para a execução do mandato, vencem juros a contar da data da propositura de eventual ação de cobrança;

d) quando o mandato contiver cláusula de irrevogabilidade e mesmo assim o mandante o revogar, pagará perdas e danos;

e) quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral, a revogação do mandato será ineficaz.

91) Quanto à responsabilidade civil, é correto afirmar que:

a) o dono ou detentor de animal ressarcirá o dano por ele causado ainda que provado ter a vítima agido imprudentemente e concorrido para o ataque do animal;

b) aquele que demandar por dívida já paga, ficará obrigado a pagar ao devedor o equivalente que dele exigir;

c) é facultado ao juiz reduzir eqüitativamente a indenização quando houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano;

d) no caso de lesão corporal, a responsabilidade civil do ofensor consistirá unicamente no pagamento das despesas com tratamento médico;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

92) Assinale a alternativa **INCORRETA** :

a) A jurisdição é atividade secundária, pois o Estado realiza coactivamente uma atividade que devia ter sido primeiramente exercida pelos próprios sujeitos da relação jurídica submetida à decisão;

b) o relator poderá decidir de plano o conflito de competência, quando houver jurisprudência dominante do Tribunal sobre a questão suscitada;

c) os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das seis (6) às dezoito (18) horas;

d) os regimentos internos dos tribunais regularão o processo e julgamento do conflito de atribuições entre autoridade judiciária e autoridade administrativa;

e) as normas de organização judiciária podem disciplinar a competência em razão do valor.

93) Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes forem comuns o objeto e a causa de pedir;

b) dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que houver identidade quanto às partes ou à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo abrange o das outras;

c) a conexão ou a continência determinam a distribuição por dependência;

d) a continência modifica a competência em razão do valor e da matéria;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

94) Em matéria de prova, analise as assertivas abaixo:

I- provas atípicas e provas ilícitas são expressões sinônimas que significam demonstrações de fatos obtidos por modos contrários ao direito quer quanto às fontes, quer quanto aos meios probatórios;

II- havendo pluralidade de réus, a contestação apresentada por um deles aproveita ao revel;

III. somente as presunções legais são aceitas pela sistemática processual vigente;

IV- é nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova mesmo quando recair sobre direito disponível da parte;

V- a parte que alegar direito municipal deve provar o teor e a vigência da norma independentemente de determinação judicial.

RESPONDA :

a) os itens I, II, IV e V estão corretos;

b) os itens II, III e V estão corretos;

c) apenas o item II está correto;

d) apenas o item V está correto;

e) apenas o item I está correto.

95) Assinale a alternativa **CORRETA** :

a) são pressupostos negativos do julgamento do mérito a perempção, a coisa julgada, a renúncia da ação e a transação;

b) se o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo em razão do abandono da causa por mais de trinta dias, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto e nem tampouco alegar em defesa o seu direito;

c) suspende-se o processo quando a parte argúi o impedimento ou suspeição do órgão do Ministério Público;

d) a prevenção do juízo permanece ainda quando extinto o processo sem julgamento do mérito;

e) tratando-se de objeto complexo, ou seja, pedidos cumulados, a causa extintiva que atingir um deles alcançará o outro.

96) Assinale a alternativa **CORRETA** :

a) as preliminares de perempção, incompetência absoluta, litispendência são consideradas defesas peremptórias;

b) a garantia constitucional da ampla defesa permite ao réu cumular defesa em ordem sucessiva, mesmo que logicamente incompatíveis entre si, salvo se caracterizar má-fé;

c) somente se admite a alegação de novos fundamentos defensivos, depois de ofertada a contestação, se versarem sobre direito superveniente;

d) o juiz que decidir a exceção de incompetência relativa ficará vinculado ao que ele próprio ou um juiz houver concluído, porque o pronunciamento sobre tal ponto se dá "*incidenter tantum*", restringindo-se à competência;

e) o réu pode, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.

97) Assinale a alternativa **INCORRETA** :

a) o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial na hipótese de abuso de direito de defesa;

b) não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado;

c) a tutela antecipada poderá ser concedida, na forma da Lei, quando uma das parcelas do pedido mostrar-se incontroversa;

d) na forma do artigo 273 do CPC o juiz poderá, de ofício, conceder a tutela antecipada;

e) todas as alternativas estão corretas.

98) Em matéria de execução é **INCORRETO** afirmar que :

a) o CPC reconhece a legitimidade tanto ao credor como ao devedor para promover a execução da sentença;

b) os bens do sucessor a título singular ficam sujeitos à execução de sentença proferida em ação fundada em direito real;

c) o credor, que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, poderá escolher entre promover a execução sobre o bem retido ou outros bens;

d) o devedor pode, a todo tempo, antes de arrematados ou adjudicados os bens, remir a execução, pagando ou consignando a importância da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios;

e) é possível alienar-se antecipadamente os bens penhorados quando sujeitos a deterioração.

99) Em matéria de execução, é **INCORRETO** afirmar que :

a) podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos dos bens inalienáveis;

b) entre as impenhorabilidades associadas à inalienabilidade decorrentes da vontade do particular incluem-se os bens provenientes de liberalidade de terceiro quando destinados ao sustento do devedor ou da sua família;

c) se o devedor nomeia à penhora bem de família, reputa-se eficaz a renúncia à impenhorabilidade do citado bem, uma vez que este não é inalienável;

d) são absolutamente impenhoráveis as imagens e os objetos do culto religioso, sendo de grande valor;

e) não se procederá à avaliação se o credor aceitar a estimativa feita na nomeação de bens pelo executado.

100) Com relação à execução das obrigações de fazer e não fazer, é **INCORRETO** afirmar que :

- a) quando não for cumprida a obrigação personalíssima pelo executado, esta somente se converte em pecúnia, mediante provocação do exeqüente ou se for impossível a obtenção do resultado prático correspondente;
- b) o artigo 287 do CPC alude a uma obrigação de tolerar uma atividade, que nada mais é do que uma obrigação de não fazer, cuja execução seguirá os moldes do sistema executivo previsto para tal obrigação;
- c) as obrigações de fazer podem ser positivas ou negativas, classificando-se as primeiras em fungíveis e infungíveis (personalíssimas);
- d) se a prestação devida é suscetível de ser realizada por terceiro, pode o juiz, a requerimento do credor, decidir que aquele realize o fato à custa do devedor;
- e) o CPC não prevê a aplicação de multa diária para compelir o devedor a realizar a prestação de fazer ou não fazer, fundada em título extrajudicial, somente sendo possível a sua inserção na sentença condenatória na fase de conhecimento.

XIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO
COMUNICADO

A BANCA EXAMINADORA DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO DO XIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO decidiu, em face das impugnações apresentadas pelos candidatos, ANULAR as questões cinco (5), setenta e oito (78) e noventa e sete (97) e, por conseguinte, divulgar o gabarito definitivo, na forma abaixo :

1ª ETAPA

01 - E	11 - D	21 - D	31 - C	41 - C
02 - E	12 - A	22 - B	32 - B	42 - D
03 - D	13 - B	23 - D	33 - D	43 - E
04 - D	14 - C	24 - B	34 - C	44 - B
05 - ANULADA	15 - C	25 - C	35 - E	45 - D
06 - A	16 - D	26 - A	36 - D	46 - A
07 - B	17 - C	27 - B	37 - E	47 - E
08 - E	18 - A	28 - C	38 - B	48 - B
09 - B	19 - C	29 - D	39 - C	49 - C
10 - E	20 - E	30 - D	40 - B	50 - E

2ª ETAPA

51 - A	61 - A	71 - D	81 - A	91 - C
52 - D	62 - B	72 - B	82 - C	92 - C
53 - A	63 - A	73 - D	83 - A	93 - C
54 - D	64 - B	74 - E	84 - B	94 - C
55 - D	65 - A	75 - E	85 - E	95 - D
56 - E	66 - B	76 - A	86 - B	96 - B
57 - C	67 - A	77 - A	87 - A	97 - ANULADA
58 - D	68 - B	78 - ANULADA	88 - B	98 - C
59 - C	69 - C	79 - A	89 - D	99 - D
60 - A	70 - B	80 - D	90 - C	100 - E

Campinas, 08 de julho de 2005.

(a) **Juiz José Severino da Silva Pitas**
 / Presidente da Banca Examinadora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CAMPINAS - SP

XIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (2ª PROVA)

INSTRUÇÕES:

- DISSERTAÇÃO: MÁXIMO 90 LINHAS – 04 PONTOS
- QUESTÃO: MÁXIMO 30 LINHAS – 01 PONTO

Dissertar sobre os seguintes temas:

- a) a posição institucional do Juiz no Estado Brasileiro, de conformidade com a Constituição da República;
- b) a conduta do Juiz.

Questão nº1: Funcionários de uma empresa situada em Campinas decidem entrar em greve e realizar manifestações violentas na porta da fábrica, causando fundado receio de formação de barreiras e piquetes, a impedir o acesso de trabalhadores, sócios e dirigentes de empresa vizinha, ao seu respectivo local de trabalho.

Pergunta-se:

- a.) Durante a greve, qual o Juízo competente para conhecer e julgar o interdito proibitório movido pela empresa vizinha, estranha à categoria envolvida no movimento paredista? Explique.
- b.) Existe fundamento legal para responsabilizar o sindicato da categoria pelo pagamento de danos materiais causados pelos grevistas durante o movimento paredista? Em que hipóteses?

Questão nº2: Empresa anuncia emprego em jornal de grande circulação e, dentre outras vantagens, promete convênio médico e automóvel disponível, inclusive nos fins de semana e feriados, livres de ônus. Pedro foi o candidato selecionado. Entretanto, por ocasião de sua contratação, a empresa suprimiu o fornecimento do convênio médico e do veículo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CAMPINAS - SP

Pergunta-se:

- a.) São lícitas as alterações das condições oferecidas pelo empregador na divulgação de anúncio de emprego, por ocasião da efetiva contratação do empregado ? Justifique.
- b.) Analise a licitude dos mesmos fatos acima narrados ocorridos em uma relação de trabalho.

Questão nº3: Motorista de uma empresa de transporte de combustível, ao dirigir um caminhão tanque, de forma imprudente, veio a colidir o veículo com um outro pertencente a um Município, cujos empregados são regidos pela CLT. Na referida colisão o caminhão explodiu, matando seu motorista e ferindo, gravemente, o motorista do veículo da prefeitura, que ficou incapacitado para o trabalho, percebendo benefício previdenciário bem inferior aos vencimentos da atividade.

Partindo do pressuposto que a empresa proprietária do caminhão e o Município não estão dispostos a arcar com os prejuízos causados, pergunta-se:

- a.) Quais indenizações poderão ser pleiteadas ? Em que Juízo?
- b.) Quem está legitimado a postular tais reparações?

Questão nº4: A inspeção judicial, como meio de prova, admite o princípio do contraditório ? Em caso afirmativo, em que momento processual ? Justifique.

Questão nº5: Professora aposentada adquire imóvel de proprietário pessoa física domiciliada em Campinas, providenciando todas as certidões exigíveis para lavrar a escritura de venda e compra respectiva. Algum tempo depois, o ex-proprietário do imóvel, também empresário na cidade de Paulínia, passou a figurar no pólo passivo de reclamação trabalhista, em razão da declaração de despersonalização da pessoa jurídica, que não tinha bens para garantir o Juízo, e o referido imóvel foi penhorado. Como Juiz, o candidato declararia a fraude à execução? Justifique. Quais os efeitos desta decisão em relação à venda e compra realizada e ao terceiro adquirente?

Questão nº6: O Poder Judiciário anulou o tombamento de um imóvel, por entender ser o mesmo desprovido de valor cultural. O Município recorreu argüindo violação aos critérios de conveniência e oportunidade de seu ato administrativo, assim como ao princípio da separação de poderes (artigos 30, IX e 216 da C.F.). Ocorreram tais violações ? Fundamente.

NENHUM OUTRO ESCLARECIMENTO SERÁ PRESTADO PELA BANCA EXAMINADORA.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO
XIX CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA
PROVA PRÁTICA - SENTENÇA

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Não abra o caderno de prova antes de receber autorização para fazê-lo.
2. Aberto o caderno de provas, atente o candidato para a conferência das folhas, que estão devidamente numeradas até cinco. Em caso de falta de qualquer folha, imediatamente o candidato deverá comunicar ao Juiz responsável pela sala.
3. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas finais do próprio caderno de respostas.
4. É vedada a utilização de legislação comentada ou anotada, facultando-se, no entanto, a consulta a Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos e legislação com notas remissivas. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
5. A prova consiste num resumo de um hipotético processo trabalhista, dele constando todos os elementos necessários à resolução e suficientes para a solução pretendida pela Banca Examinadora. **Por isso, não invente dados.**
6. É dispensado o cabeçalho da ata de audiência de publicação de sentença.
7. A sentença a ser elaborada deve conter todos os requisitos legais, **podendo o relatório ser sucinto.**
8. Não é permitida a utilização de quaisquer tipos de **corretivos** e, na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra "digo"**, não podendo em qualquer circunstância riscar o texto errado.
9. O prazo de quatro horas para a elaboração da prova em hipótese alguma será prorrogado, sendo que o candidato somente poderá retirar-se da sala após a segunda hora do início da prova, circunstância na qual poderá levar o seu caderno de questões.
10. Nenhum esclarecimento será prestado pela Banca Examinadora antes, durante ou após a prova.

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

1. Considerar a representação das partes regular.
2. Os documentos juntados aos autos estão regulares e atendem à legislação pertinente.

BOA SORTE!!

HISTÓRICO DE UM HIPOTÉTICO PROCESSO TRABALHISTA

1. **Ajuizamento da ação:** 13.5.2004 (quinta-feira)
2. **Nome do reclamante:** Antonio Maria
3. **Nome das reclamadas:** 1º) Município de Andorra e;
2º) Fundação Educacional Eustógio da Silva – pessoa jurídica de direito público.
4. **Função:** Auxiliar administrativo
5. **Admissão do reclamante:** O reclamante foi admitido pelo Município de Andorra em 7.5.1986 (quarta-feira), pelo regime celetista sem ter prestado concurso público. Em 11.4.1997 (sexta-feira), com a criação da Fundação Educacional Eustógio da Silva no Município de Andorra, o reclamante foi cedido para lhe prestar serviços, exercendo as mesmas funções.
6. **Salário base:** R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.
7. **Demissão do reclamante:** Em 26.1.2004 (segunda-feira) foi demitido sem justa causa pela Fundação Educacional Eustógio da Silva.
8. **Fundamentos da Petição Inicial:**
 - **Reintegração:** O reclamante é servidor público, embora regido pela CLT, beneficiando-se do que prescreve o artigo 41 da Constituição Federal de 1988. Assim, não poderia ter sido demitido sem justa causa pela Fundação, que também violou o princípio da motivação. Em decorrência, tem direito à reintegração no emprego e pagamento dos salários do período de afastamento;
 - **Equiparação Salarial:** O reclamante exercia as funções de auxiliar administrativo, percebendo salário base mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Sempre desempenhou as mesmas funções do paradigma Nelson dos Santos, também auxiliar administrativo, sendo que este passou a receber salário base de R\$ 500,00 por mês (quinhentos reais), a partir de 5.2.2002 (terça-feira). Portanto, faz jus às diferenças salariais, nos termos do que preconiza o artigo 461 da CLT;
 - **Horas Extras:** A Fundação reclamada expediu a Portaria n. 18, de 5.5.2003 (segunda-feira), determinando a redução da jornada de trabalho, de oito para seis horas diárias, em diversos setores, sem a correspondente redução salarial, com fundamento da necessidade de redução de despesas, proibindo também a contratação de horas extras. O setor de finanças, onde o reclamante trabalhava, não teve a redução da jornada de oito para seis horas face à necessidade de serviço. O reclamante sentiu-se lesado por trabalhar mais do que os servidores beneficiados pela medida administrativa. Portanto, faz jus ao pagamento de duas horas extras por dia e reflexos decorrentes, a partir da expedição da referida Portaria;

- **Quinquênios:** Quando prestava serviços para o Município de Andorra, além do salário base mensal, percebia dois quinquênios, a título de adicional por tempo de serviço. A partir do momento em que foi cedido à Fundação continuou a receber os aludidos quinquênios. Todavia, ao completar quinze anos de serviços, no ano de 2001, não lhe foi concedido o terceiro quinquênio. Postula o pagamento das diferenças a que faz jus com os respectivos reflexos nas demais verbas.

- **Intervalo Intra jornada:** As reclamadas sempre fracionaram o intervalo para refeição e descanso, concedendo 10 minutos para café, 40 minutos para almoço e 10 minutos para lanche da tarde. Entende o reclamante que o fracionamento é ilegal e por isso reclama a hora do intervalo e os decorrentes reflexos.

- **Reajuste Salarial:** Por força de lei de iniciativa da Câmara Municipal, em 7.5.2002 foi aprovado um reajuste salarial de 2,3% (dois vírgula três por cento) aos servidores da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município. O Sr. Prefeito vetou a aludida lei, mas seu veto restou derrubado pela Câmara. Mesmo assim, o reclamante não recebeu o reajuste em questão, que ora postula juntamente com os reflexos.

9. Postulação do reclamante:

Requer a condenação das reclamadas, de forma solidária, nos seguintes pedidos:

- A. - Reintegração no emprego, com o pagamento dos salários e demais vantagens durante todo o período de afastamento até a efetiva reintegração;
- B. - Diferenças salariais a partir de 5.2.2002, decorrentes da equiparação com o paradigma Nelson dos Santos, nos termos do artigo 461 da CLT;
- C. - Duas horas extraordinárias e reflexos nas demais verbas salariais, desde a expedição da Portaria n. 18/2003;
- D. - Diferenças de adicional por tempo de serviço, a partir de 7.5.2001 e reflexos nas demais verbas salariais;
- E. - Uma hora de intervalo com fundamento no artigo 71, parágrafo 4º. da CLT e seus reflexos;
- F. - Diferenças Salariais decorrentes do não pagamento do reajuste de 2,3% e reflexos;
- G. - Reflexos dos títulos postulados nos itens B, C, D, E e F nos descansos semanais remunerados, férias com acréscimo do terço constitucional, gratificações natalinas e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- H. - Correção monetária, juros e honorários advocatícios, na forma dos artigos 389, 404 e 406 do Código Civil.

10. Valor atribuído à causa: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

11. Defesa do Município de Andorra:

Argui ilegitimidade de parte, pois desde 11.4.1997 o reclamante não mais lhe presta serviços, eis que foi cedido à Fundação reclamada, ente autônomo com personalidade jurídica própria. Por estas razões são indevidos todos os títulos pleiteados pelo reclamante. Postula a sua exclusão da lide. Descabe cogitar-se de responsabilidade solidária do Município pelos débitos trabalhistas da Fundação reclamada, repita-se, dotada de personalidade jurídica e patrimônio próprios, mesmo porque ausentes os requisitos do artigo 2º. da CLT.

12. Defesa da Fundação Educacional Eustógio da Silva:

O reclamante foi admitido sem o certame público, pelo regime jurídico da CLT, não gozando de estabilidade como alegado na inicial, sendo, portanto, incabível a pretensa reintegração e, conseqüentemente, lícita a dispensa imotivada.

A equiparação salarial não procede, pois o paradigma ingressou diretamente no seu quadro funcional, enquanto o reclamante é proveniente do Município. Também o paradigma exercia atribuições de maior responsabilidade, chegando a substituir seu chefe, enquanto o reclamante atuava como simples auxiliar administrativo, no setor de finanças.

Com relação às horas extras, ressalta que a Portaria n. 18/2003 foi expedida pela Fundação, a fim de reduzir despesas em diversos setores, cuja demanda não justificava jornada de oito horas. No entanto, no setor do reclamante foi necessária a manutenção da jornada normal. Todavia, não houve qualquer alteração contratual ou prejuízo ao reclamante. Acrescente-se que se não tomasse as referidas medidas de contenção de despesas, a reclamada seria obrigada a fazer uma dispensa em massa de empregados, provocando uma grande intranqüilidade social na cidade. Além do mais, não houve qualquer aumento na jornada contratual do reclamante, razão pela qual não faz jus ao pagamento de horas extras.

A reclamada, sendo pessoa jurídica distinta do Município, não responde pelo pagamento de benefícios ou vantagens oriundos do período em que o reclamante prestou serviços à Municipalidade. Indevida, assim, a contagem de novos quinquênios.

Quanto à alegação de não fruição integral de intervalo pelo reclamante, trata-se de pedido absurdo, pois foram firmados acordos individuais com os seus empregados, atendendo à antiga reivindicação, sendo o intervalo fracionado em três períodos. Havia concessão de 10 minutos para café, 40 minutos para almoço e mais 10 minutos para lanche. Importante ressaltar que a reclamada sempre manteve refeitório, construído de acordo com as normas legais, onde o reclamante tomava as suas refeições, não sofrendo qualquer prejuízo.

No que se refere ao reajuste salarial pleiteado, em virtude do veto do Sr. Prefeito à lei e com base em parecer de seu departamento jurídico, que concluiu pela inconstitucionalidade da norma legal, deixou de aplicar o referido reajuste. Assim, nada é devido ao reclamante, restando improcedente o pedido.

São indevidos honorários advocatícios, na medida em que estão ausentes os requisitos legais.

Não há se falar em pagamento de juros e correção monetária, pois inexitem verbas devidas.

13. Prova Oral:

Depoimento pessoal do reclamante – Sr. Antonio Maria: Que executava tarefas de ordem burocrática, idênticas às executadas pelo paradigma; que embora formalmente não tivesse sido designado para substituir o chefe do serviço de finanças, na prática o fato ocorria, por ser o único funcionário lotado no setor; que o paradigma trabalhava no setor de pessoal; que este também substituíria o chefe do setor na sua ausência; que no setor de pessoal estavam lotados mais três funcionários; que ambos eram auxiliares administrativos, executando os mesmos serviços; confirma que a reclamada enfrentava dificuldades financeiras quando foi determinada a redução da jornada laboral em alguns setores; que sempre utilizou o refeitório da reclamada.

Depoimento pessoal do preposto da Fundação – Sr. Adalberto Santos: Que o reclamante e o paradigma recebiam salários diferentes e trabalhavam em setores diferentes; que ambos eram auxiliares administrativos; que o paradigma substituíria o chefe do setor em férias e em impedimentos e não tem certeza se o reclamante chegou a substituir o chefe do seu setor; que as atividades do reclamante e do paradigma não eram iguais, embora fossem semelhantes.

Dispensado o depoimento pessoal do preposto do Município.

Testemunha comum das partes – Sr. Nelson dos Santos: Que o depoente trabalhava no setor de pessoal e o reclamante no setor de finanças; que ambos eram auxiliares administrativos; que o depoente substituíria seu chefe habitualmente; que viu o reclamante substituir o seu chefe apenas uma vez; que no setor de finanças trabalhavam apenas o reclamante e o seu superior.

Não foram ouvidas outras testemunhas.

14. Prova Documental:

Os documentos mencionados foram juntados com a petição inicial e contestações.

Encerrada a instrução processual sem outras provas. As partes apresentaram razões finais remissivas. Tentativas conciliatórias rejeitadas.